

PERMANÊNCIA DO NATURALISMO ÉTICO E DO RIGORISMO MORAL CELTA

Jorge Cunha

O propósito do texto é reconstituir alguns elementos da cultura celta que nos permitem formular o ideal ético que norteou a existência desses nossos antepassados que, apesar de tudo, conhecemos mal. Será que essa reconstituição nos permite conhecermos melhor a nossa cultura, nomeadamente a cultura portuense? É esse o desafio que nos impomos.

Começamos por dizer que entendemos por “ética”, na linha do pensamento de Paul Ricoeur a descrição da vida boa, com os outros e para os outros, dentro de instituições justas. Na base desta descrição dos ideais de vida, faremos também uma alusão complementar à “moral”, quer dizer, à norma da acção, em sentido deontológico, como aquele critério, complementar do primeiro, e que nos dá o fundamento da proibição de agir.

A partir desta dupla perspectiva, tentaremos dizer algo sobre a hipótese de haver uma permanência do rigorismo moral celta e observar a sua sobrevivência no pensamento portuense. Entendemos por “rigorismo” a tendência para defender, em maior ou menor grau, o ponto de vista da lei, quando se trata de proferir um juízo moral em situação. O contrário de rigorismo é o laxismo que admite, igualmente em graus diversos, a isenção do agente em relação ao rigor da lei, em vista das circunstâncias da situação. O rigorismo é condicionado pela ética e condiciona-a. São essas características antropológicas, culturais e valorativas que vamos tentar esclarecer e cuja permanência encontramos na história do Ocidente, nomeadamente na cultura celta e no estoicismo.

O primeiro problema que temos pela frente é a delimitação das fontes da cultura celta.

Sobre os celtas, apenas temos fontes indirectas. Um antigo estudo de Alfredo Dias Pinheiro, dos anos 20 de século passado, dá-nos um grande número de indicações sobre essas fontes: as alusões dos autores romanos, nomeadamente de Júlio César, a respeito dos celtas da Gália que escreveu na sua conhecida obra “De bello gallico” (Pinheiro, 1928, 133). Mas são informações um tanto dispersas e baseadas numa sociologia e numa historiografia de influência positivista e sem um discurso em que possamos confiar. Recentemente, o antropólogo António Medeiros tem feito um trabalho crítico e sério sobre

os vestígios da cultura celta na Galiza e em Portugal, prevenindo-nos para o perigo de ler os dados segundo opções menos aceitáveis para os ler, como seja, por exemplo, o contexto do nacionalismo galego. A cultura do Noroeste Peninsular, com efeito, não tem apenas a influência celta, como sabemos. Houve tempo em que nos concentrámos mais sobre as influências germânicas dos Suevos, como foi o caso de Newton de Macedo. Noutras latitudes, como é o caso da Irlanda, um estudioso como o teólogo Oliver Davies tem procurado identificar o resultado, aí muito conseguido, do encontro do cristianismo com a cultura celta não romanizada.

A teologia tem um acesso suplementar à cultura celta, pois podemos conhecer os celtas a partir de Paulo de Tarso. O seu local de nascimento faz dele um observador privilegiado. Como é sabido, S. Paulo escreveu aos Gálatas uma das suas Epístolas, que faz parte do Novo Testamento. Mesmo que seja controversa a identificação dos destinatários desta carta, algo pode ser dito sobre a ética, a partir desse texto que um momento de génio da literatura cristã das origens.

Na busca indirecta por este povo celta (ou conjunto de povos), que existiu de forma tão estendida no tempo e no espaço, faremos ainda uma incursão pelo pensamento de Teixeira da Pascoaes e de Dalila Pereira da Costa.

Elementos para uma ética celta

A figura do Druida ocupa uma posição central naquilo que sabemos da cultura celta. Era o sacerdote, o sábio, o depositário da memória, o terapeuta, o conselheiro. Nele converge o naturalismo, ou seja, a tomada da natureza cósmica e biológica como paradigma da vida conseguida do ser humano. Mas também o idealismo, ou seja, a narrativa ficcional sobre o destino do ser humano e do seu mundo. Um estudioso como Denis de Rougemont, no seu famoso estudo “O Amor e o Ocidente”, defende a tese de uma permanência da ética celta na cultura da Europa e dos lugares da sua influência noutros continentes. Observa-o sobretudo na literatura, nos grandes mitos recebidos na cultura germânica, na literatura trovadoresca. Ele menciona uma tese de O. Rahan segundo a qual “todos os trovadores são cátaros e todos os cátaros são trovadores” (De Rougemont, 1988, 278).

O ideal ético ambicioso do Druida leva à fundamentação de costumes de grande rigor moral, regidos por normas rígidas de comportamento e por práticas ascéticas que vão até à intolerância. Ora esse rigorismo cátaro passa para a cultura através do franciscanismo, da filosofia nominalista, do luteranismo, do pacifismo, dos movimentos encratistas, de ontem e de hoje.

Paulo de Tarso escreveu uma carta aos Gálatas. Será que este retrato tem algo que ver com esta ética ambiciosa e com este rigor normativo? Paulo deve ser considerado como um observador privilegiado da situação cultura do Planalto da Anatólia, onde o nome “gálata” era aplicado. Paulo é natural de Tarso, na Cilícia, a parte Sul dessa região. Por isso, devia conhecer a que se referia essa designação. Outra coisa é saber se a diatribe da sua carta tem algo que ver com permanências da cultura celta nesse remoto lugar. Os estudiosos da Bíblia estão divididos. Lucien Cerfaux, belga de nascimento, toma a sério a origem ocidental destes habitantes da Anatólia e vê-os como destinatários do escrito de Paulo. Claro que não se fala aí de druidas, nem de carvalhos sagrados, nem de sacrifícios humanos. Porém, há uma discussão com o que estamos a denominar “ética naturalista celta”.

Segundo este estudioso, Paulo faz deles um retrato breve. São calorosos, afectuosos, imaginativos e versáteis” (Cerfaux, 1968, 113). As hordas de gálatas (celtas) que chegaram ao planalto da Anatólia, muito antes da era cristã, são originárias do Ocidente, das margens do rio Garona, na actual França. Depois de conquistar a Tessália, as Termópilas, passam à Ásia Menor e são empurrados pelos autóctones, para o interior do continente. Deram a uma pequena povoação o nome de Tolosichorion, ou seja, terra de gentes de Toulouse. Já incluídos no Império Romano, abraçaram o cristianismo de Paulo com entusiasmo espontâneo, mas a memória da sua antiga religião mantém-se viva. Elas participavam em Pressimonte nos ritos orgiásticos de Cibele, durante os quais os sacerdotes, em transe, se castravam para imitar Atis, o amante da deusa (Cerfaux, 1968, 114).

Teixeira de Pascoaes é um poeta. Porém, o seu ponto de vista não deve ser menosprezado. O capítulo VII do *São Paulo*, dá-nos a ver a Galácia, pelos olhos poéticos do Vate do Marão. “Paulo adora a Galácia, helenizada nas cidades, bárbara e meio gaulesa nas montanhas. Os franceses, no seu primeiro ímpeto napoleónico (este *ímpeto napoleónico* é francês, embora o não fosse Napoleão), ameaçaram os deuses do Capitólio, o próprio tempo de Delfos e a Ásia Menor, que é a Maior, onde se estabeleceram para sempre”. E logo a seguir: “Estes bárbaros, espontâneos e simples, sem preconceitos filosóficos à grega, nem crenças petrificadas à judaica, são almas em plena liberdade, mas ansiosas de outro estado, que a liberdade não é decerto a aspiração mais íntima do homem. O que ele (Paulo) não quer, de modo algum, é ser escravo de outro homem (Pascoaes, 1984, 85 s.)”.

Dalila Pereira da Costa, por seu lado, hesita quanto à sua avaliação daquilo que devemos à cultura celta. Por um lado, os celtas são o primeiro povo

militarizado e machista que habitou o nosso território, desde os inícios do primeiro milénio a. C., tendo abafado o velho mundo da paz feminina, feita de afecto e de saudade, velho mundo esse que, não obstante, ficou a correr entre nós como um rio subterrâneo. Por outro lado, para Dalila, os celtas são aqueles a quem devemos o viver pela imaginação, a procura do outro lado, a concentração no futuro mais que no passado, o dinamismo da alma vagabunda que buscou e encontrou o caminho para outros mundos (Rocha, 2018, 83).

A permanência da ética dos Celtas

A ética e a cultura celta permanecem como um manancial subterrâneo que aflora em diversos elementos da cultura e da ética de diversos contextos, nomeadamente do nosso contexto português e portuense. Podemos identificar o espírito da floresta na saudade bucólica da nossa poesia tardo-medieval e renascentista de Bernardim Ribeiro, de Frei Agostinho da Cruz. A mítica cidade fraterna de Avalon permanece no espírito da cavalaria benfazeja de D. Duarte e, muito depois disso, nos cavaleiros do amor de Sampaio Bruno. Os ideais éticos da Renascença Portuguesa levam em si algo destas remotas ânsias de melhoramento do mundo, pelo predomínio da poesia sobre a dura prosa da civilização da ciência e da técnica recentes.

Talvez possamos identificar metamorfoses do druida no trovador medieval que teve tanta popularidade na Galiza e em Portugal e desenvolveu a primeira literatura da Península. Na modernidade, feita da viagem e do encontro com outros povos, encontramos de novo esse aventureiro do espírito que se orienta pelas estrelas para cruzar os mares, com verdadeiro e amplo conhecimento científico do mundo, mas imagina também a Ilha dos Amores, onde todas as figuras serão mais reais do que os severos mapas de viagem e o espírito da vã cobiça da riqueza. Enfim, a crença sebastianista pode ser vista como o delírio da aventura para lá das forças humanas, um vestígio das brumas de Avalon que povoam o imaginário do navegador que parte como Quixote e regressa pobre e realista Sancho, sem saber “tudo errou ou descobriu”.

Não poderíamos ainda encontrar uma metamorfose do druida no empreendedor que fez a revolução industrial, no cavaleiro da indústria, cujo contributo para inovar o mundo não pode também ser desprezado? É provável que essa ligação seja também possível e sensata.

A ética celta idealista pode ser encontrada noutras formas. Em S. Patrício e S. Columbano, encontramos o melhor dela, como forma de dialogar

com o cristianismo, um cristianismo, apesar de tudo distante das formas apolíneas do catolicismo romano. Mas podemos também identificá-la em outras personagens, mais próximas de nós geograficamente, como é o caso de Prisciliano, um cristão diferente, mas aceitável, que foi justiciado por ter sido envolvido nas malhas que teceu o encontro do cristianismo com o Império Romano já decadente.

O cristianismo medieval apresenta evidentes vestígios éticos da cultura celta, a ser verdade o raciocínio que vimos seguindo. Os cátaros, os albigenses, os movimentos ibéricos dos irmandiños, dos comuneiros, serão formas de pensar a vida segundo um idealismo já cristianizado e devedor de interpretações pneumatológicas da fé cristã, que levam em si muito do impulso reformador que a caracteriza nas suas formas mais adjacentes ao Evangelho de Jesus. Se evitarmos as formas inaceitáveis da escatologia joaquimita, temos, nas formas de experiência cristã baseadas no renascimento carismático actual, algo da autêntica experiência cristã: uma ética da hospitalidade ao divino e à fraternidade que podem redimir os antigos elementos de que falamos a propósito dos celtas.

A ética celta e o seu rigorismo moral

Como caracterizar, do ponto de vista da teologia moral, a ética idealista dos celtas e o seu correspondente rigorismo moral?

Tomamos como fonte primeiro destas observações a discussão de Paulo com os cristãos gálatas. O que lhes censura o Apóstolo é a sua confiança na “carne”. O que significa esta confiança na carne? Por um lado, trata-se de uma visão naturalista, de uma confiança nas virtualidades da natureza, seja a natureza cósmica e biológica, seja a natureza humana. Do ponto de vista moral, a confiança na carne quer dizer a possibilidade de atingir a perfeição pelo esforço moral simplesmente natural. Qual o motivo da censura de Paulo a esta confiança na carne?

A “carne” em sentido antropológico é o dinamismo do ser humano, manifestado nos seus sentidos: o olhar, o tocar, o sentir, o desejar. Mas isso tem algo de mal para ser censurado? De modo nenhum. Não pode haver descrição do ser humano que não passe por aí. O problema situa-se antes disso, antes da absolutização e do desenvolvimento do sentir. Não se trata de desprezar os sentidos na base de descrições teóricas e racionalistas. O cristianismo é uma religião da carne, num certo sentido. Não são os seus sacramentos celebrações dos sentidos? O saborear o alimento na Eucaristia, o emprego da água, do óleo como símbolos da própria vida?

A discussão de Paulo com os Gálatas é uma questão dupla. O que Paulo censura aos Gálatas é que não refiram o dinamismo da carne a um dinamismo anterior a ela que é precisamente o dinamismo da vida ressuscitada de Cristo. De facto, à luz do cristianismo, os olhos vêm, as mãos tocam, porque são movidas por uma acção precedente, a acção que Deus investe no seu Filho. Dessa acção são também beneficiários os seres humanos. A diferença entre esta afirmação e o panteísmo está precisamente na mediação da individualidade humana: a vida não é abstracta. A vida ressuscitada de Jesus torna-se *este* vivente concreto que é cada ser humano que lhe dá a sua confiança, no acto de fé. Paulo faz um sábio discurso aos Gálatas dizendo que a origem do seu ser não é o acaso, mas a filiação divina, que dá a si mesmo cada ser humano.

A segunda questão que lhes coloca Paulo é a questão da graça. O cristianismo não é uma religião do aperfeiçoamento esforçado da natureza carnal, como pensavam os Gálatas e pensa, de modo geral, o humanismo de todos os tempos. Há aqui uma juntura delicada. A ética, para Paulo e para os cristãos, é secundária em relação à graça divina. A ética é indispensável; mas é um prolongamento do dom gratuito e não o fundamento da vida feliz. Uma religião da graça quer dizer que a carne é precedida pela vida divina que funda e justifica o seu dinamismo.

Os celtas são naturalistas, fitólatras, zoólatras, belicistas, machistas, clericais (druidismo) e isso tem de ser temperado pela gratuidade do cristianismo. De contrário, o esforço moral é uma luta inglória e, no fundo, autodestrutiva e niilista.

Foi isso que aconteceu no cristianismo celta. Por alguma razão, os cristãos celtas irlandeses foram os codificadores dos livros penitenciários da Alta Idade Média. Eles pensavam encontrar nesse benemérito rigor a conformidade com a lei divina. Eles levaram a sério as formas de ascese de grande nobreza, como a estima da virgindade consagrada, o celibato dos monges e dos clérigos, a estrita conformidade com os mandamentos divinos. Olhamos isso com grande admiração. A inculturação celta do cristianismo foi muito eficaz. Mas foi apenas uma das formas de realização possível do cristianismo.

Permanência da ética celta

Podemos encontrar elementos na ética de hoje, especialmente ao nível do pensamento portuense. Claro que não se trata de uma ligação directa entre um passado imemorial e a actualidade. Trata-se mais de uma inspiração, um

rumor antigo que pode ser identificado por um olhar atento. Vamos enumerar alguns desses elementos, com o risco que tal transposição contém.

O primeiro vestígio que nos parece apresentar um parentesco com esse antigo mundo é o jansenismo da cultura. Cândido dos Santos reuniu diversos estudos e documentos em que mostra a existência de diversas correntes jansenistas em Portugal. O jansenismo é uma corrente diversificada, caracterizada pelo seu pessimismo antropológico e pelo seu rigorismo moral. Assinala a presença, no Porto, de um competente jansenista, o Padre António Cardoso, que adquiriu repercussão internacional. Pois este homem escreveu um tratado sobre a usura, no tempo em que a proibição desta se aproximava do fim. No texto revela um extremo rigorismo moral, uma oposição clara ao probabilismo e coloca-se na perspectiva da gratuidade absoluta da caridade como contexto para o empréstimo de dinheiro (Santos, 2014, 99 s.). Na linha do seu confrade António Pereira de Figueiredo é igualmente um fervoroso regalista. Escreveu também um tratado de física, o que mostra outro elemento interessante, pois o progresso do conhecimento científico anda, normalmente, aliado ao rigorismo moral. O rigor da norma moral universal costuma andar ligado ao universalismo do conhecimento matemático do mundo.

Este aspecto do jansenismo, relaciona-se também, a nosso ver com o idealismo republicano da cultura portuense. Como é sabido, o pensamento republicano encontrou no Porto os seus mais puros pensadores, como é caso de Sampaio Bruno e Guerra Junqueiro. A ideia republicana tem algo da generosidade gratuita do franciscanismo e de outras ideias imaculadas como o pacifismo. A nosso ver, esse idealismo votado à implantação do regime republicano, como instituição justa, leva em si algo das antigas ideias de que falámos antes. Por sua vez, o Antigo Regime, com a dinastia hereditária, as dignidades e as desigualdades da escala social é vista como algo impuro que deve ser superado mesmo pela força. Mesmo que as ideias sejam correctas, o que impressiona é o zelo revolucionário que desconhece a mistura do bem e do mal em todas as coisas deste mundo. O comunitarismo republicano continua, a seu modo, a saga do idealismo ético celta.

Aludimos ainda a outro aspecto cuja inspiração nos parece remontar longe. Trata-se da crítica do aparato visível da religião. Sabemos que a cultura portuense, ao contrário do que sucedeu em outros contextos na modernidade, se manteve crente em Deus, seja em forma deísta seja panteísta, mas praticou uma crítica radical da comunidade visível, a igreja, e principalmente dos vícios do clero. Mais uma vez, nos interessa pôr em evidência o carácter

rigorista e idealista do fenómeno e não a conveniência e pertinência da crítica ao catolicismo, com o seu cortejo de defeitos e hipocrisias.

Conclusão

Não se afigura fácil ter uma noção precisa sobre o que seja a cultura celta. Mais difícil ainda se torna a tarefa de aproximar fenómenos tão distantes como a cultura celta e a nossa cultura de hoje. O texto que agora se conclui pretende, no entanto, ser um exercício destes. Como, ao nível cultural, não há nada de novo debaixo do céu, podemos fazer esse exercício e mostrar como há permanências e continuidades entre esse passado remoto e o quotidiano dos dias que nos é dado viver. Verdadeiramente novo, para quem tem a graça da fé cristã, é a encarnação de Deus. Mas é precisamente nesse acontecimento que todas as realidades são fundadas e onde todas ganham a sua consistência. A totalidade dos ensaios culturais e éticos, que houve e haverá no mundo, tem nesse *antes* do mundo a sua última referência. Apenas o mal absoluto não pode ser referido à encarnação divina. Mas esse é outro discurso.

Bibliografia

- Cerfaux, L. (1969), *O itinerário espiritual de S. Paulo*, Lisboa, Sampedro.
- Costa, Dalila Pereira da (1984), *Da Serpente à Imaculada*, Porto, Lello.
- Davies, O. – Th. O’Loughlin (1999), *Celtic Spirtuality*, Paulist Press.
- De Rougemont, D. (1988), *O Amor e o Ocidente*, Rio de Janeiro, Guanabara.
- Medeiros, A. (2006), *Dois Lados de um Rio. Nacionalismo e etnogafia na Galiza e em Portugal*, Lisboa.
- Medeiros, A. & Salwa Castelo-Branco (2022), *Outros Celtas. Celtismo, modernidade, e música global em Espanha e Portugal*, Lisboa. Tinta da China.
- Pascoaes, Teixeira da, (1984), *São Paulo*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- Pinheiro, Alfredo Dias (1928), *Os celtas e os povos com eles relacionados*, Guimarães, Tipografia Lusitana.
- Rocha, A. (2018), *A segunda vinda da saudade. O messianismo em Dalila L. Pereira da Costa*, Porto, UC Editora.
- Santos, C. (2014), *Jansenismo e antijansenismo em Portugal*, Porto, UC Editora.